



GOVERNADOR, RESPEITE A DATA-BASE DO SERVIDOR!



O SINTESPE realizou audiências com os secretários do governo Jorginho Mello (PL) para negociar a pauta de reivindicações da Campanha Salarial dos servidores estaduais. A data-base é 1º de janeiro. No dia 9 de maio, o Sindicato se reuniu com o secretário da Indústria, Comércio e Serviços, Sílvio Dreveck, privilegiando as questões da secretaria, e no dia 11 de maio, com o Secretário de Administração, Moisés Diersmann. As reivindicações da categoria foram atendidas parcialmente. O SINTESPE continua insistindo para ter uma reunião diretamente com o governador, o que ainda não aconteceu.

Tenda em frente à Alesc será instalada a cada 15 dias

O SINTESPE e outras entidades sindicais dos servidores, como Sindsaúde e Sinjusc, devem manter o calendário de mobilização, montando a barraca em frente à Alesc a cada 15 dias ou até mesmo semanalmente. Paralelo a isso, prosseguem as visitas aos gabinetes dos deputados, como forma de pressionar o governador a negociar as reivindicações da categoria. Os dirigentes sindicais já entregaram a pauta de reivindicações a vários deputados. As nossas principais reivindicações são as seguintes:

- ✓ Fim do Confisco de 14%;
- ✓ Cumprimento da Data-base com reajuste geral em janeiro;
- ✓ Equiparação das gratificações;
- ✓ Plano de Cargos e Salários;
- ✓ Reajuste em janeiro das aposentadorias e pensões sem paridade e anulação dos atuais critérios que reduzem novas aposentadorias e pensões;
- ✓ Concurso público e nomeação dos aprovados em concurso na SAP e IGP;
- ✓ Reajuste do vale alimentação;
- ✓ Pagamento do Piso Salarial Nacional da Enfermagem.



REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA SÃO PARCIALMENTE ATENDIDAS

Ao tomar conhecimento das reivindicações do SINTESPE, na audiência do dia 11 de maio, o Secretário de Administração, Moisés Diersmann, anunciou algumas medidas para atender parte das reivindicações dos servidores estaduais. Veja a seguir:



✓ EQUIPARAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES

Está criado um Grupo de Trabalho, com representantes do governo e dos servidores, para reparar as injustiças salariais e garantir a equiparação das gratificações. A discrepância atinge 9.009 servidores estaduais nas secretarias da Segurança (Polícia Civil, Pessoal Civil da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares), da Educação, da Agricultura, do Desenvolvimento Econômico, do Desenvolvimento Social, Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE –, Fundação Catarinense de Cultura – FCC –, Instituto de Metrologia (IMETRO), Fundação Catarinense de Esportes – FESPORTE –, Agência de Regulação de Serviços Públicos – ARESC –, Agência do Desenvolvimento do Turismo – SANTUR –, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

Esses servidores desempenham a mesma função e têm a mesma formação profissional, mas não tiveram a equiparação das gratificações concedidas a outras Secretarias. “O governador está ciente do problema”, disse o secretário Diersmann à presidenta Marlete Aparecida Gonzaga, aos secretários de Formação, Rui Pereira Roeder e Sayonara de Araújo Pessoa e ao secretário de Comunicação, Wolney Chucre (os diretores Claudete Gerhard e Rui Pereira Roeder integram o GT formado pelo Governo).

✓ AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A assessoria jurídica do Sindicato ingressou com Ação Civil Pública junto ao Tribunal de Justiça (TJSC), reivindicando a equiparação das gratificações a

todos os servidores, indistintamente, de acordo com o maior percentual de reajuste, que corresponde, em 10 anos, a 254%. O processo aguarda manifestação do governo do Estado e o SINTESPE permanece vigilante.

✓ TRIÊNIOS

Pagamento dos valores que ficaram congelados durante a pandemia (período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021), segundo o secretário, será parcelado, com início no salário de junho/2023.

O Tribunal de Justiça havia concedido liminar em Mandado de Segurança impetrado pelo SINTESPE, assegurando aos servidores filiados ao Sindicato a regularização da contagem do tempo de serviço para fins de férias, triênios e licenças-prêmio que ficaram congelados por conta da pandemia (Lei Complementar 173/2020). Esses servidores passaram a receber os triênios a partir de dezembro de 2022.

É necessário, para esclarecer dúvidas, que os servidores entrem em contato com o Setor Jurídico pelo telefone (48) 3223-6097 (Florianópolis) ou com os Núcleos Regionais: (47) 3026-5934 (Joinville), (49) 3323-8638 (Chapecó), (49) 3229-0023 (Lages) e (48) 2102-7330 (Criciúma).

✓ VALE ALIMENTAÇÃO

O benefício, de acordo com o secretário, será reajustado no segundo semestre deste ano, com possibilidade de dobrar o seu valor.

✓ RESPEITO À DATA-BASE

O secretário disse que somente vai analisar o cumprimento legal da data-base de 1º de janeiro depois de resolver a questão da equiparação das gratificações.

✓ PELO FIM DO CONFISCO DE 14%

Será feita revisão em relação à atual regra do confisco de 14% dos aposentados e pensionistas que

recebem entre um Salário Mínimo e o teto do INSS. O governo deve apresentar uma proposta de mudança no segundo semestre.

✓ STF SUSPENDE JULGAMENTO

No dia 15 de março, o Supremo Tribunal Federal suspendeu julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7026) contra o confisco de 14% nos salários dos aposentados e pensionistas de SC (ministro Ricardo Lewandowski pediu vistas). O SINTESPE atua na Ação enquanto “amicus curiae”, com assessoria do Escritório Garcez, Advogados Associados, em Brasília (DF). Existem outras Ações pedindo a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 103/2019, a contrarreforma da Previdência do ex-presidente Bolsonaro.

✓ PROJETO DE INICIATIVA POPULAR

O SINTESPE está mobilizado junto a todas as frentes de luta que derrubem imediatamente o confisco de 14% nos benefícios dos aposentados e pensionistas de Santa Catarina. A agenda de lutas inclui a coleta de assinaturas ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) em busca das assinaturas necessárias e, no dia 8 de março, foram entregues ao presidente da Alesc, deputado Mauro de Nadal (MDB) mais 16 mil assinaturas para garantir a sua tramitação. Os diretores Mariléia Gomes, Marilene Pereira e Wolney Chucre representaram o SINTESPE.

✓ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

O Projeto de Lei Complementar 04/2023, de autoria do deputado Fabiano da Luz (PT), já tramita nas comissões internas da Assembleia Legislativa e tem o mesmo propósito de derrubar o criminoso confisco de 14%. “Não podemos ficar em casa esperando, nem ficarmos só nos gabinetes. Precisamos ir às ruas e mostrar à população que defendemos não somente os nossos direitos, mas o serviço público”, conclama a presidenta do Sintespe, Marlete Gonzaga, “por isso, vamos manter a barraca na frente da Assembleia Legislativa”, reforça.

✓ CONCURSO PÚBLICO

O governo anunciou a efetivação dos 458 policiais penais aprovados em concurso para a Secretaria de Administração Prisional (SAP). No dia 31 de março, a assessoria jurídica do SINTESPE havia ingressado com “Notícia de Fato” junto a 12ª Promotoria de Justiça, em Florianópolis, para exigir do governo do Estado a efetivação dos servidores aprovados nos Concursos Públicos realizados em 2019 e 2022. “As contratações têm sido utilizadas não apenas para necessidade temporária de excepcional interesse público, mas sim de forma rotineira para suprir necessidade permanente da administração pública em detrimento do concurso público, mesmo quando candidatos aprovados aguardem apenas a posse para provimento de cargos”, diz o documento protocolado pelo SINTESPE.

Quanto ao novo concurso público, o governador já anunciou, através da Resolução 007/2023, que isso deve acontecer somente em 2024, ou seja, Jorginho Mello prioriza o processo seletivo (contratos temporários) e a contratação de terceirizados, ao invés de preencher as vagas com servidores concursados. Nada mais descabida e provocativa do que a Resolução 007/2023, que impõe arrocho salarial à categoria, suspendendo a concessão de reajuste salarial, e adiando uma série de obras até 1º de maio de 2024, ao mesmo tempo em que o governador prossegue o favorecimento aos empresários, concedendo R\$ 23 bilhões em isenções fiscais nesse ano.

✓ PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM

Durante a audiência com o SINTESPE, o secretário Moisés Diersmann garantiu que o novo Piso Nacional da Enfermagem terá implementação imediata pelo governo do Estado.



Servidores da SAP são ressarcidos



Os secretários de Assuntos Jurídicos, Sandoval Miguel dos Santos, e de Comunicação do SINTESPE, Wolney Chucre, estão visitando as unidades prisionais do Estado desde o final de março para efetuar sindicalizações e comunicar aos servidores lotados na Secretaria de Administração Prisional (SAP) sobre a execução da ação dos valores

Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público

Lançada no dia 11 de abril, a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público é uma iniciativa do deputado Fabiano da Luz (PT), que já havia presidido essa Frente no mandato anterior. O objetivo da Frente Parlamentar coincide com as reivindicações do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, que teve forte atuação em seu relançamento: a luta pela revogação do confisco de 14%, garantia de reajuste salarial na data-base de 1º de janeiro, realização de concurso público, equiparação das gratificações, fim do assédio moral no trabalho e das isenções fiscais bilionárias aos empresários. SINTESPE integra o Fórum.</

Negociação coletiva no serviço público

O governo federal deve criar em breve o Grupo de Trabalho (GT) que vai elaborar Projeto de Lei para regulamentar a data-base no serviço público. Trata-se da implementação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário há 45 anos. Isso significa que os governos federal, estaduais e municipais terão que estabelecer mesas de negociação com as entidades representativas dos servidores, todos os anos, para definir os índices de

reajuste salarial e demais direitos da categoria. No dia 27 de abril, representantes de oito centrais sindicais estiveram reunidos com os ministros do Trabalho e Emprego Luiz Marinho, e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck e ainda com o senador Paulo Paim (PT/RS), autor do PL 1726/2023, que estabelece normas para a negociação coletiva no serviço público.

OUTRAS NOTÍCIAS



SINTESPE participou do 5º Congresso da Fenasepe (Federação Nacional dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais e do Distrito Federal), de 17 a 19 de abril, em Brasília. Projeto que estabelece a negociação Coletiva no Serviço Público esteve em debate. A presidenta Marlete Gonzaga coordenou uma das mesas do Congresso, que homenageou o companheiro Maurino Silva, diretor do SINTESPE falecido em 2021. Durante o evento, Marlete assumiu o cargo de secretária geral da Fenasepe, Mariléia o cargo de secretária de Aposentados, Sayonara Pessoa o cargo de conselheira fiscal, Josias Rodrigues como representante da Fenasepe na CUT, e Wolney Chucre como representante do SINTESPE na direção nacional da Federação.



Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves visitou SC no dia 20 de abril. SINTESPE esteve no debate “Enfrentando a Violência Política”, realizado na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Durante o debate com a ministra, a professora e dirigente do SINTESPE, Juliana Andozio entregou um dossiê onde conta os ataques que sofre na Escola Básica de Muquém, no bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, onde está sendo perseguida por suas posições políticas. Juliana é orientadora educacional na Escola de Muquém.



SINTESPE esteve na Plenária da Central dos Movimentos Populares, dia 14 de abril, em Criciúma, que reuniu 49 lideranças de 10 cidades da região sul do Estado, como preparativo ao VII Congresso Nacional da CMP, em outubro desse ano.



Durante seis anos, o diretor do SINTESPE Josias Rodrigues esteve na coordenação Regional Meio-Oeste da CUT, e entregou o cargo à professora e diretora do Sinte-SC, Ilone Moriggi, durante reunião da CUT, no dia 17 de abril, em Curitiba. Diretora Eli Teresinha assumiu a Secretaria de Saúde do Trabalhador e Josias assumiu a Secretaria Geral da Regional.



“Justiça por Lindolfo”. O SINTESPE está engajado na luta por Justiça ao jovem Lindolfo Kosmaski, gay, professor da rede estadual de ensino e militante do MST, no Paraná, assassinado no dia 1º de maio de 2021. Abaixo a homofobia!



SINDICATO DO TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Publicação oficial que expressa a posição da Diretoria Executiva do SINTESPE

Sede: Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC - CEP 88020-090 - Fone/Fax: (48) 3223 6097 (sintespe@sintespe.org.br - www.sintespe.org.br) -

Delegacia Criciúma: (48) 2102-7330 - Delegacia Chapecó (49) 3323-8638 - Delegacia Joinville: (47) 3028-1779 - Delegacia Lages: (49) 3229-0023

- Impressão: Gráfica MG - Tiragem: 7 mil exemplares - Distribuição gratuita e dirigida